

CONTRATO Nº. 48/2021
PROCESSO Nº. 2020/674336

**TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ,
REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE
ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA
HERINGER TÁXI AEREO LTDA.**

O Estado do Pará, representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**, com sede à Travessa Lomas Valentinas, 2190, Belém - PA, 66093-677, Belém/PA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.054.929/0001-17, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão administrativa **ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS**, brasileiro, nomeado através Decreto publicado em 03 de julho de 2020 no DO 34.272, e Portaria 335 de 03 de julho de 2020 publicado no dia 07 de julho de 2020 no DO de nº 34.272 para pratica de todos os atos relativos a ordenação de despesa, portador do RG nº 27039 Polícia Militar e CPF/MF nº 513.501.902-25,, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **HERINGER TÁXI AEREO LTDA.**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.933.485-0001-52, sediado(a) na Av. Moacy Sposito Ribeiro, hangar II, Aeroporto, CEP: 65.913-415, Imperatriz/MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **ALOÍSIO PEDRO HERINGER**, portador da Carteira de Identidade nº 028374752004-5 SSP/MA, e CPF 054.769.683-34, residente e domiciliado na R. Santa Tereza, 1901, Três Poderes, CEP: 65900-540, Imperatriz/MA, resolvem celebrar o presente termo de contrato, em conformidade com o que consta do processo Administrativo n 2020/674336 resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 35/SESPA/2021, do tipo menor preço por item, sujeitando-se, o Contratante e a Contratada, às normas da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, da Lei Estadual nº 6.474, de 06.08.2002, e do Decreto nº 2.069, de 20.02.2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato através Registro de Preço (SRP) 62/2021 que visa a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Locação de Aeronave Tipo Helicóptero dedicada a saúde, monomotor e/ou multimotor, através de empresa de taxi aéreo, especializada em resgate e transporte Aeromédico Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, do Conselho Federal de Medicina – CFM e Conselho Regional de Medicina – CRM, para efetivação de transporte inter-hospitalar de urgência e emergência, baseadas, obrigatoriamente, nas cidades de Belém, Marabá e Santarém Regulação da SESP. Ressaltando que esse serviço deve estar dotado de condições de equipamentos e material técnico, de Suporte Avançado de Vida, para transporte de adultos, crianças, neonatos (incluindo prematuros), conforme a Portaria GM/MS Nº 2.048 de 05 de novembro de 2002 referenciada no Anexo I-A do termo de referência e demais documentos constantes no processo 2020/674336.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

A **CONTRATADA** deverá observar o prazo, condições e local de execução conforme descrito no termo de referência constante do processo 2020/674336.

A execução dos Serviços observará ao seguinte:

- a) Local de execução dos serviços: O serviço deve ser capaz de realizar o resgate e transporte aéreo de pacientes em situação de urgência e emergência entre diferentes municípios do Estado do Pará, respeitando a autonomia de voo de aeronave, sob demanda exclusiva da Central Estadual de Regulação da SESP. As aeronaves devem ficar baseadas, obrigatoriamente, nas cidades de Belém, Marabá e Santarém.
- b) Prazo para início da execução: até 30 dias corridos após a assinatura do contrato;
- c) A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contando da data de sua assinatura, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.



ALOISIO PEDRO
HERINGER:05476
968334
Assinado de forma digital
por ALOISIO PEDRO
HERINGER:05476968334
Data: 2021.06.10 15:03:35
+03'00'

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada por servidor responsável.

3.1 - No ato do pagamento a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação, especialmente no que se refere à regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

3.2- Havendo pendências em relação à regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, o CONTRATANTE a notificará para saná-la, no prazo designado, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, sendo vedado a suspensão de pagamento por este motivo.

3.3- É vedada a antecipação de pagamento.

3.4- O pagamento será feito mediante ordem bancária em nome da CONTRATADA na instituição por ela indicada.

3.5- A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: Marca sob o qual o mesmo é comercializado e o fabricante, além de mencionar o número da licitação.

3.6- A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada com cinco dias úteis de antecedência para os procedimentos administrativos necessários à efetivação do pagamento. Não sendo aprovada pela Administração, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo.

3.7- O pagamento de despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, conforme o Art. 62 da Lei Federal nº 4.320/1964.

3.8 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – A multa será descontada do valor total do respectivo contrato;

II – Se o valor da multa for superior ao valor devido para entrega dos produtos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

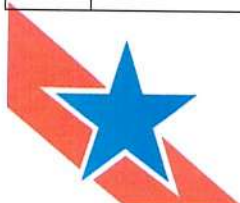
CLÁUSULA QUARTA — DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1- O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 21.880.800,00 (Vinte e um milhões, oitocentos e oitenta mil, oitocentos reais), estando nele incluídos todos os impostos, fretes e demais encargos incidentes.

4.2 - São partes integrantes deste Contrato, como se nele transcritos estivessem o Edital do Pregão Eletrônico nº 35/SESPA/2021 e seus Anexos, bem como a Proposta da Contratada e demais peças que constituem o Processo nº 2020/674336.

4.3 - A CONTRATADA deverá executar os serviços, com as especificações e as quantidades dispostas na planilha a seguir:

ITEM	Descrição dos serviços	Garantia mínima de horas	Limite máximo de horas	Valor médio hora voo	Valor médio mensal	Valor médio anual
01	AERONAVE TIPO HELICÓPTERO PARA FRETAMENTO REGULAR COM GARANTIA MÍNIMA HORAS MENSAIS – BASEADA EM BELÉM.	30 hs mensais	600 horas semestrais	R\$ 20.300,00	R\$ 609.000,00	R\$ 7.308.000,00
02	AERONAVE TIPO HELICÓPTERO PARA FRETAMENTO REGULAR COM GARANTIA MÍNIMA HORAS MENSAIS – BASEADA EM SANTARÉM.	30 hs mensais	600 horas semestrais	R\$ 20.240,00	R\$ 607.200,00	R\$ 7.286.400,00



03	AERONAVE TIPO HELICÓPTERO PARA FRETAMENTO REGULAR COM GARANTIA MÍNIMA HORAS MENSAIS – BASEADA EM MARABÁ.	30 hs mensais	600 horas semestrais	R\$ 20.240,00	R\$ 607.200,00	R\$ 7.286.400,00
				VALOR		VALOR TOTAL R\$ 21.880.800,00 (Vinte e um milhões, oitocentos e oitenta mil, oitocentos reais).

4.4– As despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no seguinte orçamento da SESPA:
Programa de Trabalho: 8288 / 8309 / 8876

Elementos de Despesas: 339033

Fontes de Recurso: 0103 / 0101 / 0301 / 0349 / 0149

4.5– A Dotação orçamentária será proporcional ao período do corrente exercício financeiro, devendo ser complementada, mediante termo de apostilamento, no exercício financeiro subsequente.

CLÁUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA

A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contando da data de sua assinatura, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA– DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste instrumento de contrato, do Edital da Licitação e seus anexos, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual de Licitações, cabe à CONTRATADA:

6.1. A operacionalização do serviço dar-se-á através de uma Aeronave Tipo Helicóptero com garantia mínima de 30 (trinta) horas mensais para cada base, de acordo com as especificações do Anexo I-A do termo de referência constante do processo nº 2020/674336.

6.2. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período desta contratação.

6.3 - Executar os serviços em conformidade com a necessidade da Administração, observadas as normas constantes deste instrumento.

6.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

6.5 - Reparar ou corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

6.6 - Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução desta contratação, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6.7 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação.

6.8 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos acima, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação.

6.9 - Permitir a CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, se for o caso, quando solicitada, as informações visando o seu bom andamento.

6.10 - A fiscalização pela CONTRATANTE não inclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes prepostos.



6.11 - Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais e inovações da CONTRATANTE de que venha ter conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto divulgá-las, reproduzi-las ou utilizá-las, sob as penas da lei, mesmo depois de encerrada a presente contratação.

6.12 - Responder por todos e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE, decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste Contrato e de outros porventura existentes entre as partes.

6.13 - Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando a SESPA, a seus servidores ou a terceiros, decorrentes desses erros, falhas, omissões ou irregularidades.

6.14 - Entregar a aeronave coberta por um seguro aeronáutico, em conformidade com a legislação vigente, assim, obrigatoriamente se faz necessário o Seguro de Responsabilidade Civil - RETA, por incidente/acidente, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo e facultativo o Limite Único Combinado.

6.15 - Em caso de acidente cujo valor da indenização seja superior ao valor da apólice, será de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento da diferença.

6.16 - Disponibilizar os serviços do nascer ao pôr do sol em todos os dias durante a vigência do Contrato, conforme as necessidades da SESPA, tendo como base de operação as cidades de Belém, Marabá e Santarém, possibilitando o necessário acompanhamento e controle das solicitações a cargo do Departamento de Atenção Integral às Urgências e Emergências (DAIUE) de acordo com o protocolo estabelecido.

6.17 - Havendo falecimento do paciente durante a remoção a aeronave deverá retornar imediatamente ao Município onde o paciente foi resgatado.

6.18 - A base deverá ter capacidade de realizar toda manutenção de rotina da aeronave e dos equipamentos médicos e abastecimento de insumos/gases medicinais/ combustível.

6.19 - A base operacional deverá oferecer condições adequadas de alojamento / descanso / EPIs (deve ser observada na Nota Técnica no 34/2020/SEI/GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA ou em outra que vier atualizá-la) para toda a equipe assistencial e de voo, com disponibilidade de local para alimentação, além de guarda e conservação dos equipamentos sobressalentes necessários para a operação aérea e assistencial;

6.20 - A escolha do equipamento para o atendimento do serviço é encargo do interessado em contratar com a administração pública, a qual sugere que seja realizada visita técnica nos heliportos dos Hospitais Regionais Estaduais e nas demais localidades previamente não são áreas de pouso e decolagem, mas que em situações excepcionais servirão como tal (tais como: campos, regiões de mata aberta, ilhas, descampados, etc.) conforme previsto no art. 30, § 3º da lei Nº 8.666, de 1993;

6.21 - A partir de 90 dias de prestação de serviço a contratada será obrigada a emitir relatório com mapeamento dos principais pontos de pouso efetuados e suas respectivas distâncias da base, além de possíveis postos de abastecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1- Enviar requisição devidamente autorizada somente pelo Ordenador de Despesas ou substituto eventual do Departamento de Atenção Integral às Urgências e Emergências / Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria dos Serviços de Saúde / SESPA.

7.2. Em hipótese alguma poderá a empresa CONTRATADA executar os serviços, sem a devida autorização.

7.3. Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento das obrigações.

7.4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme o prazo previsto no edital.

7.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços, objeto desta contratação.

7.6. Fornecer todas as informações necessárias para emissão do documento fiscal.

7.7. Rejeitar os serviços executados que não atendam às especificações do Termo de Referência do processo 2020/674336;

7.8. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;



7.9. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;

7.10. O Transporte do paciente por via terrestre no âmbito do município de Belém deverá ser realizado por ambulância tipo Unidade de suporte básico ou Unidade de Suporte Avançado, cujo acionamento é de responsabilidade da Central Estadual de Regulação/SESPA, nos outros municípios o acionamento do transporte terrestre em ambulância tipo suporte Básico ou suporte Avançado ficam sob a responsabilidade das secretarias de saúde ou Unidade solicitante dos respectivos Municípios.

7.11. – As Equipes de Saúde, composta por médicos e enfermeiros, para a base de Belém será fornecida pela CONTRATANTE.

7.12. – As Equipes de Saúde, composta por médicos e enfermeiros, para as bases de Santarém e Marabá serão fornecidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

As quantidades inicialmente contratadas poderão ser acrescidas ou suprimidas dentro do limite de 25% (vinte e cinco) por cento, observadas as exigências previstas no § 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

9.1 - A CONTRATANTE exercerá fiscalização e gestão sobre a execução do contrato, ficando a CONTRATADA obrigada a facilitar o exercício deste direito.

9.2 - A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente designado, as servidoras: Os servidores Ana Paula da Costa Reis (Matrícula SESP Nº 57198575) e Chriscia Fernandes Damous (Matrícula SESP Nº 54182362-2) comporão a comissão de fiscalização do contrato;

9.3 - O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

9.4 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Contrato e o Edital que o originou.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Secretaria de Estado de Saúde Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes vencedores as seguintes sanções:

10.1.1 – Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

10.1.2 – Multa moratória no percentual correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor do contrato, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 15 (quinze) dias corridos.

10.1.2.1 – A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

10.1.3 – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Secretaria de Estado de Saúde Pública pela não execução parcial ou total do contrato.

10.1.4 - Decorridos 30 (trinta) dias sem que a Contratada tenha cumprido com a obrigação assumida estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando sua rescisão.

10.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento



da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.3 - As sanções previstas nos subitens 10.1.1 e 10.2 deste item poderão ser aplicadas juntamente com as dos subitens 10.1.2 e 10.1.3, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.4 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

11.1 - Este contrato poderá ser rescindido na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80, 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 - A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE


O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará.

E assim, por estarem às partes de acordo, justas e acordadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito.

Belém (PA), 10 de junho de 2021.


ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS
Secretario Adjunto de Gestão Administrativa
Portaria 335 de 03 de julho de 2020- Ordenador de despesa
CONTRATANTE

ALOISIO PEDRO
HERINGER.05476968334

Assinado de forma digital por ALOISIO
PEDRO HERINGER.05476968334
Data: 2021.06.10 15:05:01 -03'00'

ALOÍSIO PEDRO HERINGER
HERINGER TÁXI AEREO LTDA.

TESTEMUNHAS:

NOME: Victória Karolynne Fidelis Oliveira

RG: 6759027

CPF: 842.342.102-34

NOME: Ingred F. Moura de Brito

RG: 7368209

CPF: 030.822.442-62



PORTARIA Nº 744 DE 08 DE JUNHO DE 2021

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando os termos do processo PAE nº. 2021/196377.

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/24.01.1994, a servidora ANTONIA SOLANGE SANTOS DE AGUIAR, matrícula nº. 57207394/1, cargo de Técnico de Enfermagem, regime jurídico de Estatutário Efetivo, lotada no Hospital Regional de Tucuruí, 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao Triênio de 22.10.2014 a 21.10.2017.

AUTORIZAR que a servidora goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 15.07.2021 a 13.08.2021 no total de 30 (trinta) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 10.06.2021.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA Nº 750 DE 08 DE JUNHO DE 2021

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando os termos do processo nº. 2020/878059.

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/24.01.1994, a servidora MARIA AUGUSTA DURAES TRINDADE, matrícula nº. 5519241/1, cargo de Psicólogo, regime jurídico de Estatutário Efetivo, lotada na Unidade de Reabilitação Psicossocial, com atuação na Unidade de Diagnóstico de Meningite, 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao Triênio de 26.10.2011 a 25.10.2014.

AUTORIZAR que a servidora goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 19.07.2021 a 16.09.2021 no total de 60 (sessenta) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 10.06.2021.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA Nº 752 DE 08 DE JUNHO DE 2021

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando os termos do processo PAE nº. 2021/355691.

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/24.01.1994, o servidor EDSON LUIZ CARDOSO QUARESMA, matrícula nº. 57194284/1, cargo de Agente Administrativo, regime jurídico de Estatutário Efetivo, lotado na Unidade de Reabilitação Psicossocial, com atuação na Unidade de Diagnóstico de Meningite, 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao Triênio de 10/03/2008 a 09/03/2011.

AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 15.07.2021 a 13.08.2021, no total de 30 (trinta) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 10.06.2021.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA Nº. 757 DE 08 DE JUNHO DE 2021

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando o teor do processo PAE nº. 2021/61129.

RESOLVE:

DETERMINAR, de comum acordo, que a servidora IVONE BARRETO RAMOS matrícula nº. 57200298/1, cargo de Enfermeiro, regime jurídico de Estatutário Efetivo, lotada no Departamento de Vigilância Sanitária, goze de Licença Prêmio, que lhe foi concedida através da Portaria nº. 634/18.06.2019, publicada no DOE nº. 33.901 do dia 21.06.2019, correspondente ao Triênio de 16.07.2011 a 15.07.2014, no período de 01.07.2021 a 30.07.2021, no total de 30 (trinta) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 10.06.2021.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA Nº. 763 DE 09 DE JUNHO DE 2021

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando o teor do processo PAE nº. 2021/62651.

RESOLVE:

DETERMINAR, de comum acordo, que a servidora JOANA MARIA RIBEIRO matrícula nº. 54184302/2, cargo de Técnico de Enfermagem, regime jurídico de Estatutário Efetivo, lotada no Hospital Regional de Tucuruí, goze de Licença Prêmio, que lhe foi concedida através da Portaria nº. 167/30.10.2018, publicada no DOE nº. 33.736/08.11.2018, correspondente ao Triênio de 22.10.2011 a 21.10.2014, no período de 15.07.2021 a 13.08.2021, no total de 30 (trinta) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 10.06.2021.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA Nº 039 DE 08 DE JUNHO DE 2021

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando os termos do processo PAE nº. 2021/534490.

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/24.01.1994, o servidor CHARLES CARVALHO COELHO, matrícula nº. 57192222/2, cargo de Agente de Eletricidade, regime jurídico de Estatutário Efetivo, lotado no 9º Centro Regional de Saúde – Santarém, 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao Triênio de 16.07.2015 a 15.07.2018.

AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 02.08.2021 a 29.09.2021 no total de 60 (sessenta) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 10.06.2021.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 665999

ERRATA**ERRATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 033/SESPA/2021.**

No D.O.E. 34.604 de 07/06/2021, que publicou o EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 033/SESPA/2021. Protocolo nº 663142.

ONDE SE LÊ:

VALOR: R\$ 20.373,72 (vinte mil trezentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos).

LEIA-SE

VALOR: R\$ 21.756,96 (vinte e um mil setecentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos).

Belém, 10 de junho de 2021.

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Saúde Pública, em exercício.

Protocolo: 665586

TORNAR SEM EFEITO a ERRATA DE PUBLICAÇÃO do 5º TA DO CONTRATO Nº 073/ 2020 sob o Protocolo nº 659493, publicada equivocadamente no DOE nº 34.594 de 25 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.

Protocolo: 665673

CONTRATO**CONTRATO Nº. 48/2021 – Processo nº. 2020/674336****EMPRESA HERINGER TÁXI AEREO LTDA.**

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato através Registro de Preço (SRP) 62/2021 que visa a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Locação de Aeronave Tipo Helicóptero dedicada a saúde, monomotor e/ou multimotor, através de empresa de taxi aéreo, especializada em resgate e transporte Aeromédico Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, do Conselho Federal de Medicina – CFM e Conselho Regional de Medicina – CRM, para efetivação de transporte inter-hospitalar de urgência e emergência, baseadas, obrigatoriamente, nas cidades de Belém, Marabá e Santarém Regulação da SESP. Ressaltando que esse serviço deve estar dotado de condições de equipamentos e material técnico, de Suporte Avançado de Vida, para transporte de adultos, crianças, neonatos (incluindo prematuros), conforme a Portaria GM/MS Nº 2.048 de 05 de novembro de 2002 referenciada no Anexo I-A do termo de referência e demais documentos constantes no processo 2020/674336.

DO VALOR: O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 21.880.800,00 (Vinte e um milhões, oitocentos e oitenta mil, oitocentos reais).

ITEM	Descrição dos serviços	Garantia mínima de horas	Limite máximo de horas	Valor médio hora voo	Valor médio mensal	Valor médio anual
01	aeronave tipo helicóptero para fretamento regular com garantia mínima horas mensais – baseada em belém.	30 hs mensais	600 horas semestrais	R\$ 20.300,00	R\$ 609.000,00	R\$ 7.308.000,00
02	aeronave tipo helicóptero para fretamento regular com garantia mínima horas mensais – baseada em santarém.	30 hs mensais	600 horas semestrais	R\$ 20.240,00	R\$ 607.200,00	R\$ 7.286.400,00
03	aeronave tipo helicóptero para fretamento regular com garantia mínima horas mensais – baseada em marabá.	30 hs mensais	600 horas semestrais	R\$ 20.240,00	R\$ 607.200,00	R\$ 7.286.400,00
				VALOR		VALOR TOTAL R\$ 21.880.800,00 (Vinte e um milhões, oitocentos e oitenta mil, oitocentos reais).

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 8288 / 8309 / 8876, Elementos de Despesas: 339033 e Fontes de Recurso: 0103 / 0101 / 0301 / 0349 / 0149.
Vigência: 10/06/21 a 09/06/2022
Data da assinatura: 10/06/21
Ordenador: ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS- Secretário Adjunto de Gestão Administrativa- Portaria 335 de 03 de julho de 2020- Ordenador de despesa

Protocolo: 666041

CONTRATO nº 047/2021 - processo nº 2021.280245

Empresa T&T Produtos Médicos Hospitalares Ltda, DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de EQUIPAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR (mesa cirúrgica básica, mesa cirúrgica ginecológica & urológica e mesa ortopédica), visando atender a SESPA de acordo com a necessidade oriunda dos diversos Estabelecimentos Assistenciais do Estado do Pará, decorrentes da Adesão à Ata de Registro de Preços, referente ao PE SRP nº. 234/2019 - SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência constante do processo 2021.280245.
DO PREÇO: valor total de R\$ 2.400.200,00 (dois milhões e quatrocentos mil e duzentos reais).

Item	Qtd	Especificação	Preço Unitário	Preço Global
01	09	MESA CIRÚRGICA BÁSICA	R\$ 98.300,00	R\$ 884.700,00
03	04	MESA CIRÚRGICA GINECOLÓGICA & UROLÓGICA	R\$ 101.500,00	R\$ 406.000,00
05	07	MESA ORTOPÉDICA	R\$ 158.500,00	R\$ 1.109.500,00
				R\$ 2.400.200,00 (dois milhões e quatrocentos mil e duzentos reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 7684 Elemento de Despesa: 449052, Fonte de Recurso: 0301 e P.I.: 7684COVIDPA
DA VIGÊNCIA: 10/06/2021 a 09/06/2022.
Data da assinatura: 10/06/21
Ordenador: ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS- Secretário Adjunto de Gestão Administrativa- Portaria 335 de 03 de julho de 2020- Ordenador de despesa

Protocolo: 665772

TERMO ADITIVO A CONTRATO**6º termo aditivo ao contrato nº. 001/2018****-PROCESSO: 2017/532819 e anexos**

EMPRESA E B CARDOSO EIRELI, DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a repactuação dos preços do Contrato firmado entre as partes, nos termos previstos em sua Cláusula Oitava, em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho - 2021/2022 - SEAC-PA X SINELPA/PA, registrada em 08/02/2021 no MTE sob nºPA PA000067/2021.
DO VALOR: Os preços do Contrato nº 001/2018, ficam repactuados conforme a variação dos componentes dos seus custos advindo da Convenção Coletiva de Trabalho - 2021/2022 SEAC/PA X SINELPA, a partir de 01.01.2021, data base categoria profissional indicada na CCT, passando o preço mensal a ser de R\$ 157.011,81 (cento e cinquenta e sete mil onze reais e oitenta e um centavos) e o global de R\$ 1.884.141,72 (um milhão oitocentos e oitenta e quatro mil cento e quarenta e um reais e setenta e dois centavos), conforme Planilha de Custos e Formação de Preços analisada pelo NES. Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de 01/01/2021.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 8338 / 8288, Elemento de Despesa: 339037 e Fonte de Recurso: 0103006360.

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 001/2018, não alteradas por este instrumento.

Data da assinatura: 10/06/21
Ordenador: ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS- Secretário Adjunto de Gestão Administrativa- Portaria 335 de 03 de julho de 2020- Ordenador de despesa

Protocolo: 666006

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/SESPA/2021.**

A Secretaria de Estado de Saúde Pública, através de seu Pregoeiro, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", conforme abaixo:

OBJETO: Aquisição de prótese ortopédica de acordo com as especificações constantes no Anexo I ao final do TR, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA DA ABERTURA: 23/06/2021.

HORÁRIO: 09h:00min. (Horário de Brasília).

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG: 925856.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 908287

ELEMENTO DE DESPESA: 339032

FORTE: 0103

ENTREGA DO EDITAL: Os interessados poderão retirar o edital nos sites: www.comprasnet.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br.

OBSERVAÇÃO: Dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com o pregoeiro responsável, através do e-mail cpl@sespa.pa.gov.br.
Belém (PA), 10 de junho 2021.

CARLOS AUGUSTO CAMPOS FERREIRA

PREGOEIRO/CPL/SESPA

Protocolo: 665779

DISPENSA DE LICITAÇÃO**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/SESPA/2021. PROCESSO: 2020/1097392.**

OBJETO: Aquisição do medicamento ILOPROSTA 10MCG/ML SOL. INAL -AMP, a paciente Tatiana Andreia de Souza Fayal, contemplada com Ação Ordinária - Processo Judicial nº 0879249-72.2020.8.14.0301.

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.

CNPJ: 05.054.929/0001-17.

CONTRATADO: BAYER S.A.

CNPJ: 18.459.628/0097-67.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 8.666/93, ART. 24, INCISO IV.

VALOR: 44.940,00 (quarenta e quatro mil novecentos e quarenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 8288.

ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30.

FORTE: 0149001381/0349001381.

Belém (PA), 09 de junho de 2021.

RÔMULO RODOVALHO GOMES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2021.

Nesta data, RATIFICO o termo de Dispensa de Licitação nº 034/2021, com fundamento no art. 26 da Lei 8.666/93, com suas posteriores modificações.

Belém (PA), 09 de junho de 2021.

ROMULO RODOVALHO GOMES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Protocolo: 665725

OUTRAS MATÉRIAS**PORTARIA Nº 749 DE 08 DE JUNHO DE 2021**

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando os termos do processo nº. 2021/583592.

RESOLVE:

CANCELAR, a partir de 14.06.2021, de acordo com o artigo 93, § 1º da Lei nº. 5810/ 24.01.1994, a Licença Sem Vencimentos, concedida através da Portaria nº. 1042/26.08.2020, publicada no DOE nº 34.331/01.09.2020, do servidor JORGE RAIMUNDODA SILVA MIRANDA, matrícula nº. 57207679/1, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado no Centro de Saúde - Icoaraci/Atenção Psicossocial.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 10.06.2021.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

PORTARIA Nº 748 DE 08 DE JUNHO DE 2021

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº.28.190/11.04.1996 e considerando o teor do processo nº. 2021/605053.

RESOLVE:

CANCELAR, a partir de 01.07.2021, de acordo com o artigo 93, § 1º da Lei nº. 5810 de 24.01.1994, a Licença Sem Vencimentos, concedida através da Portaria nº.640 de 24.06.2019 publicada em DOE nº 33908 de 01.07.2019, da servidora LEILA MALTEZ FERNANDES, matrícula nº. 57190557/1, ocupante do cargo de Psicólogo, lotada no Centro Saúde - Cremação/Atenção Psicossocial.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 10.06.2021.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Protocolo: 665816

LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ**TERMO ADITIVO A CONTRATO****Nº DO CONTRATO: 03/LACEN/2020**

TERMO ADITIVO: 1

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2021

CONTRATADA: NORTE TURISMO LTDA EPP.

CNPJ: 05.570.254/0001-69

ENDEREÇO: Tv. Padre Prudêncio nº 43, Comercio CEP 66.010.150- Belém-PA

JUSTIFICATIVA: Prorrogar vigência do Contrato por 12 (doze) meses.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS

VIGÊNCIA: 28/05/2021 à 28/05/2022.

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2021

ORDENADOR RESPONSÁVEL: ALBERTO SIMÕES JORGE JUNIOR

Protocolo: 665923